

COMPREENDENDO O PROCESSO DE ACOLHIMENTO AOS ALUNOS COM DEFICIÊNCIA NOS ESPAÇOS EDUCATIVOS

Autor: José Ronaldo dos Santos; Co-autor: Ednei Pedro da Silva.

(Universidade Pitágoras Unopar – Unidade Cabo de Santo Agostinho/PE)

Resumo: Tendo em vista as dificuldades de convivência observadas, entre os educandos “ditos normais”, e os que apresentam alguma deficiência, no cotidiano escolar, este estudo buscou compreender, como ocorre o processo de acolhimento aos estudantes com deficiência nas escolas, possuindo como questão central, a seguinte problemática: quais situações, ou processos educativos, são vivenciados quando se realiza o momento acolhedor de alunos com deficiência, nas escolas? E, dentro desta discussão, inclui-se, não apenas estudantes deficientes, mas todos os alunos que, por inúmeras causas de exclusão, apresentem dificuldades de aprendizagem em seu desenvolvimento pedagógico. Diante desta problemática, é preciso reconhecer que, os alunos que apresentam deficiências, têm o direito de frequentar à escola, e acredita-se que nenhum professor tenha dificuldade em aceitar isto. Do ponto de vista pedagógico, este estudo foi, inicialmente, desenvolvido a partir de uma pesquisa de campo com caráter qualitativo, sendo os dados coletados através de um questionário semi-estruturado com questões que abordavam o contexto escolar, e a presença de alunos deficientes, nas escolas, bem como as concepções dos docentes sobre estas questões. Os dados coletados foram analisados, e os resultados discutidos, geraram algumas conclusões sobre a presença de alunos com deficiências, nos espaços educativos, da importância e do papel do docente no processo do acolhimento, deste aluno.

Palavras-chave: inclusão, acolhimento, espaços educativos, sala de aula inclusiva, formação docente.

1. INTRODUÇÃO

Na verdade este é um tema instigante, e que há muito tempo gerava curiosidade, mas somente agora foi possível investigar melhor. Isso se deve principalmente, nunca se discutiu tanto o processo de inclusão, haja vista, que a legislação escolar, vem tornando obrigatória a presença de alunos deficientes nas salas de aulas do ensino regular. Dentro deste contexto de discussão, surgem as reflexões sobre elementos importantes, e primordiais indispensáveis na construção da escola inclusiva. Assim, surgiu a construção da seguinte problemática: como receber alunos dentro de um processo de inclusão escolar, se não fomos e não estamos preparados para fazê-lo?

Nesse sentido, a hipótese norteadora, desta pesquisa, destaca que: A escola não vem realizando um trabalho de promoção à conscientização, sobre a importância do respeito às diferenças, com alunos não deficientes, para que eles aprendam a lidar com as diferenças.

Nesta perspectiva, a reflexão realizada diz respeito ao fato, de que, muitos alunos com deficiência (sejam crianças, jovens ou adultos) podem sentir um sentimento de afronta (e/ou medo), em um ambiente social, no qual se sintam diferentes. E, dessa forma, sentirem-se vítimas de intolerância em relação ao tratamento que lhes é oferecido, ao adentrar no ambiente educativo, por exemplo. No entanto, pode-se apontar uma falha, muito frequente no trabalho com alunos deficientes, é o de desenvolver o perigoso sentimento de piedade, e fazer desses alunos “coitadinhos”, de quem tudo se aguenta, e dessa maneira, ter decisões que não colaborem em seu processo formativo, pela falta de estímulos ou de desafios, no sentido de fazê-los evoluir em seu processo de desenvolvimento.

Na verdade, todo ser humano, independente de sua condição, tem o direito à vida,

bem como, de ter acesso a uma educação que signifique aprender e assimilar conhecimentos, no sentido de aprender a fazer, a conviver e a ser, bem como, o direito a explorar seus talentos e capacidades, a desenvolver sua personalidade em um ambiente respeitoso, com o objetivo de melhorar sua vida e transformar a sociedade. Assim, quando os espaços educativos, ou sociais, recebem pela primeira vez, uma criança com que possuam, dentre a diversidade de características pessoais, que podem ser encontradas no processo de desenvolvimento humano (apresentando, ou não, algum tipo de deficiência, em relação aos demais alunos ditos “normais”), pode ser comum, alguém duvidar da capacidade de ela aprender, neste no espaço. Dessa forma, talvez seja necessário dar uma atenção especial ao processo de acolhimento dos alunos, de forma a melhorar o processo de integração e inclusão escolar pretendido. Porém, caso o educador sinta-se despreparado para realizar esta ação (ficando ansioso e/ou temeroso), o próprio ambiente social escolar, fique reticente à presença destes alunos, que de forma geral, “foge”, ao padrão que comumente pode ser observado nos estudantes, que freqüentam as escolas.

Tendo em vista, tais questões, o objetivo geral desta pesquisa foi compreender o processo de acolhimento aos alunos com deficiência para uma convivência, de igualdade e respeito, nos espaços educativos das escolas regulares. E, os objetivos específicos formulados são os seguintes: a) analisar as concepções docentes sobre a questão do preconceito presente nos espaços educativos, em relação à presença de pessoas com deficiência; b) relacionar aspectos da formação docente para o processo de conscientização dos alunos sobre a importância de lidar com as diferenças no convívio social; c) discutir a importância da convivência, com pessoas que possuem algum tipo de deficiência, no desenvolvimento do respeito entre as pessoas.

Do ponto de vista metodológico, para tentar responder a problemática em questão, esta pesquisa se guiou pela perspectiva qualitativa, e para obter dados aplicou um questionário semi-estruturado, a professores que atuam em escolas regulares na cidade do Cabo de Santo Agostinho/PE. Após a coleta dos dados eles foram analisados e discutidos, gerando conclusões sobre a perspectiva do acolhimento dispensado aos deficientes, ao ingressarem na escola.

Neste contexto, alguns professores pensam ser necessário, antes de receberem alunos “diferentes”, especializarem-se para, de fato, realizar atividades pedagógicas direcionadas a este público específico, quando se reflete e discute o processo de inclusão, e acolhimento escolar. Contudo, a convivência, a experiência e ajuda de outros profissionais capacitados, além da família de alunos deficientes, podem demonstrar que o processo de inclusão não é tão fácil, como parecia, nem impossível de ser realizado, como se pensava, já que o desafio relaciona-se, principalmente, as necessidades de mudanças nas práticas pedagógicas escolares, as quais, muitas vezes, encontram-se cristalizadas ao longo do tempo.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo foi inicialmente desenvolvido a partir de uma pesquisa de campo com caráter qualitativo. Assim, na pesquisa qualitativa: “a interação entre o pesquisador e os sujeitos pesquisados é essencial. Todo empenho é investido para que o corpo e o sangue da vida real componham o esqueleto das construções abstratas” (MALINOWSKI, 1984, p. 37). Neste contexto, Minayo (2006) destaca que, a pesquisa de campo, como uma pesquisa qualitativa, configura-se como um recorte espacial, em termos empíricos, correspondente ao objetivo da investigação. Assim, o trabalho de campo permite a aproximação do pesquisador com a realidade sobre a qual formulou uma pergunta. Mas também estabelecer uma interação com os “atores” que compõem a realidade e, assim, constrói-se um conhecimento importantíssimo.

Tendo em vista sua importância, o trabalho de campo deve ser realizado a partir de referenciais teóricos e operacionais. Isto é, não se pode pensar num trabalho de campo neutro, sendo que forma de realizá-lo revela as preocupações científicas dos pesquisadores que selecionam os fatos a serem observados, coletados e compreendidos, oferecendo especial atenção à forma de recolhê-los. Esse cuidado é necessário porque o campo da pesquisa social não é transparente, e tanto o pesquisador como os seus interlocutores e observados interferem no conhecimento da realidade, sendo que essa interferência faz parte da própria natureza da pesquisa social que nunca é neutra (MINAYO, 2000, p. 105).

2.1 Amostra

A amostra foi composta por uma escola pública da Rede Oficial de Ensino da Educação Básica, na qual foram entrevistados dois professores da Educação Básica.

2.2 Instrumentos e materiais

Foi utilizado, como instrumento para coletar os dados uma entrevista, realizada a partir da aplicação de um questionário semi-estruturado (anexo 1).

3. ANÁLISES DE DADOS

A realização da coleta de dados deste estudo ocorreu partir da aplicação de um questionário composto por seis (06) questões (Anexo 1) referentes à temática: *compreendendo o processo de acolhimento aos alunos com deficiência nos espaços educativos*. Este questionário foi aplicado em uma escola da Rede Pública Oficial de Ensino, sendo inicialmente, respondido pelos professores que aqui serão identificados por **A** e **B**, como forma de resguardar suas identidades. A **Professora A** está atuando em sala de aula há 24 anos, e é formada em Pedagogia e Pós-Graduada em Psicopedagogia, e a **Professora B**, atua em sala de aula há 10 anos, porém, ainda não conseguiu concluir um curso superior.

Para cada professor entrevistado, foi aplicado o mesmo questionário, nessa perspectiva, a primeira questão buscou saber os conceitos a respeito do termo inclusão que os docentes possuem, conforme está destacado abaixo: **Tabela 1 – Concepções Docentes Sobre Educação Inclusiva**

Questão 1	Respostas dos Professores
O que você entende sobre educação inclusiva?	Professora A – “Entendo que educação inclusiva é um processo em que se amplia a participação de todos os estudantes nos estabelecimentos de ensino regular. E que a escola há de se entender que a organização administrativa, o currículo, as metodologias de ensino, e todos os recursos e materiais também são fundamentais para esse processo acolhedor do aluno com deficiência”.
	Professora B – “É aceitar esses alunos deficientes realizando uma promoção para uma aprendizagem igualitária para todos, fazendo com que a convivência entre as diferenças possa ser cada vez mais comum e, principalmente, mostrar que cada um, em suas condições, pode colaborar na construção final de um trabalho, seja ele na escola, no supermercado, na padaria ou em qualquer outro espaço social. (As diferenças se juntam para formar um todo)”.

Com base nas colocações observa-se que os professores que foram entrevistados possuem visões diferentes sobre a educação inclusiva. A **Professora A**, refere-se à presença do estudante na escola, e a preparação do ambiente escolar para receber este aluno, sendo que ela destaca a prática pedagógica e a organização administrativa como interferentes, no processo de inclusão do aluno em sala de aula, bem como a adequação do currículo que a escola deve buscar em seu processo de acolhimento aos alunos com deficiência. Já a **Professora B**, faz uma breve discussão sobre a aprendizagem igualitária, bem como a perspectiva de promover a convivência, tendo em vista que, segundo ela, “as diferenças se

juntam para formar um todo”. Porém, é preciso ser mais claro e objetivo sobre o que ela define como “igualitária”, afinal os alunos com deficiências não devem provocar as mesmas expectativas, em relação aos resultados de suas aprendizagens, em comparação com os alunos ditos “normais”, bem como ser tratado de forma igual durante o momento construtivo da aprendizagem. No contexto educativo, eles devem ser tratados com respeito e consideração, bem como incentivados a desenvolver-se, a partir de desafios preparados, especificamente, para eles.

Na verdade, quando se fala em Educação Inclusiva, é bom lembrar que não se refere apenas incluir as crianças portadoras de necessidades especiais. Existem também aquelas que possuem as dificuldades sociais, ou seja, relacionadas à pobreza, pois muitas crianças pobres vão à escola em circunstâncias sociais, e familiares, muito complexas e adversas, e caso não lhes sejam providenciadas condições de aprendizagem adequadas, elas poderão não corresponder às aprendizagens pretendidas. Neste sentido, a prática da educação inclusiva, deve prever situações pedagógicas e estratégias didáticas, que minorem as dificuldades e potencializem as possibilidades, de todas as crianças, serem acolhidas com a perspectiva de que irão aprender, pois:

a inclusão não prevê a utilização de práticas de ensino escolares específicas para esta ou aquela deficiência/e ou dificuldade de aprender: os alunos aprendem nos seus limites e se o ensino for; de fato, de boa qualidade, o professor levará em conta esses limites e explorará convenientemente as possibilidades de cada um. (MANTOAN, 2003, p.67).

Assim, compreende-se que as escolas inclusivas devem reconhecer e responder a todas as necessidades diferentes, considerando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem. E, apesar de, em geral, a Educação Inclusiva ser citada em referência à prática inclusiva de meninos e meninas, que apresente algum tipo de deficiência dentro dos sistemas de ensino regulares, cada vez mais os professores de todo o mundo reconhecem que uma abordagem de inclusão pode de certa maneira criar condições que atendam as necessidades e dificuldades dos alunos, oferecendo assim, uma educação de elevada qualidade para todos.

A segunda questão desejava saber como as professoras entrevistadas percebiam o processo de acolhimento dos alunos deficientes no cotidiano escolar, conforme pode ser verificado na tabela abaixo: **Tabela 2 – Os Deficientes e o Processo de Acolhimento nas Escolas**

Questão 2	Respostas dos Professores
Que processo de acolhimento é utilizado aqui na escola?	Professora A – “Aqui na escola procuramos trabalhar junto com a família e outros especialistas como psicólogos, fonoaudiólogos, terapeutas, enfim estes profissionais são grandes aliados em todo processo de acolhimento aos alunos com deficiência.”
	Professora B – “A escola procura trabalhar de forma centrada nas dificuldades apresentadas pelos alunos com deficiência, de forma que junto aos outros alunos ditos normais todos tenham uma visão de igualdade e valorização do ser, a partir de uma convivência social, através de dinâmicas, eventos culturais, formação de grupos em sala de aula havendo assim uma interação e harmonização de todos os envolvidos.”

Diante das respostas obtidas pelas docentes, percebe-se que a **Professora A** compreende o processo de acolhimento, realizado pela escola, com a participação não apenas do educador, mas de outros profissionais presentes na vida dos educandos, e que de certa forma contribuem nesse processo de acolhida, e no momento de construção da aprendizagem. Já a **Professora B** acredita que as atividades pedagógicas realizadas na escola contribuem para uma boa relação social e interação, entre os alunos. No entanto, esta resposta pode ter sido ocasionada pelo não entendimento do questionamento realizado. Sobre o processo de acolhimento que deve ser realizado no ambiente

escolar, Almeida (2011, p. 111), destaca que:

Precisamos preparar o ambiente para receber o aluno diferente, porque, quando o diferente chega, o ambiente deve estar preparado para recebê-lo, e nós também precisamos estar preparados, ou precisamos querer enfrentar o desafio. Quando o especial adentra nosso espaço, surge a possibilidade de se construir outro ambiente e devemos zelar para que isso ocorra gradativamente. Talvez devêssemos seguir sempre dialogando sobre a presença do diferente naquele espaço até que, coletivamente, todos possam opinar e apontar soluções para esta construção social de convivência

Portanto, o processo de acolhimento a um aluno com deficiência nos espaços educativos, e sociais, implica para o professor (e para qualquer outro cidadão) numa reflexão sobre o modo como se ensina e de como ocorre os relacionamentos e interações sociais. Neste contexto, trata-se de uma nova oportunidade de repensar sobre determinados conceitos, discutir novas situações e buscar vivenciar diferentes possibilidades de atitudes comportamentais para receber e ter um convívio com a diferença, no espaço escolar. Mas, na realização desta prática esse tipo de situação pode ser vivenciado e acompanhado por sentimentos de insegurança e medo, já que o professor tem consciência do papel fundamental que desempenha nesse momento, tão importante, sendo ele quem desenvolve as ações mais diretas no processo da inclusão, tais como: lidar com as expectativas, medo, falta de informação e possíveis frustrações da família do aluno com deficiência, bem como as próprias limitações do próprio portador e até mesmo lidar com ações e reações de preconceito por parte dos familiares e/ou outros estudantes. Neste contexto, há de se entender que a escola, em sua organização administrativa: o currículo, as metodologias de ensino, os recursos e materiais também são determinantes para que de fato exista um processo de acolhimento dos alunos com deficiência, sendo que todos os educadores devem entender e ter a certeza de que não precisa conhecer tudo, e nem resolver tudo sozinho. Ao contrário, todos os “atores”, (os pais, o corpo docente da escola, a direção, os especialistas em educação especial, os médicos, terapeutas, fonoaudiólogos, psicólogos), enfim, todos os diferentes profissionais formados e preparados devem ser os grandes aliados da escola. Portanto, o professor deve procurar orientação, tirar todas as dúvidas, receber informações mais específicas e conhecer experiências em conversas com outros profissionais é uma das formas de superar a insegurança inicial e obter sucesso.

Na terceira questão foi abordada a presença do preconceito em sala de aula para com o aluno deficiente. E, sobre isto as professoras ofereceram as respostas destacadas: **Tabela 3 – O Preconceito no Processo de Inclusão Escolar**

Questão 3	Respostas dos Professores
<p><i>Uma das grandes barreiras a serem derrubadas está nos preconceitos em relação ao tema. Como você vê o problema?</i></p>	<p>Professora A – <i>“Infelizmente existem pessoas que não são informadas adequadamente. Sabemos que o preconceito está presente em todas as esferas sociais, só que eu enquanto professora, procuro orientar meu aluno sobre o mal que este tipo de sentimento ou sei lá comportamento preconceituoso pode causar grandes barreiras contra um bom relacionamento com o outro (amigos, colegas, vizinhos e até mesmo parentes).”</i></p> <p>Professora B – <i>“Como um verdadeiro problema para um bom relacionamento dentro da escola e até mesmo na sociedade. Em nossa escola algumas reivindicações têm sido insistentemente colocadas, algumas inclusive encaminhadas formalmente à nossa diretora, para juntos podermos sanar essa prática excludente de nossos alunos.”</i></p>

Ao analisar as respostas acima, percebe-se que as professoras entrevistadas possuem idéias sobre o enfrentamento do preconceito. A **Professora A** destaca a falta de informação que o cidadão pode possuir, sobre esta questão, destacando como essa falta de informação pode atrapalhar na relação amigável, e respeitável dentro de qualquer espaço no qual se encontre o diferente. E, a **Professora B** demonstra não possuir uma resposta convincente para esta questão, o que pode ser proveniente da não

compreensão do questionamento realizado.

Sobre a presença do preconceito na escola, em relação aos alunos com deficiência, pode evidenciar que ele só irá promover a exclusão, e o afastamento, podendo aumentar no portador de deficiência, uma percepção desvantagem, em relação aos outros alunos, e um sentimento de incapacidade na perspectiva de sua aprendizagem. Acredita-se, então que não é apenas a situação de prevenção, mas também de uma falta de preparo para vivenciar com o novo, com o diferente, o incomum. Porém, segundo Aquino (1998, p. 13):

o homem é capaz de transformar a sociedade tendo como base a história de sua própria civilização, seu desenvolvimento, contradições e identidade cultural. Cabe à escola como instituição que produz e reproduz nossa sociedade, trazer para seu cotidiano o exercício de cidadania consciente em face de diversidade cultural.

Então, fazer mudanças nas mentalidades, vencer preconceito e desfazer atitudes de discriminação são propósitos que buscam lidar com valores para reconhecer, e respeitar mutuamente, sendo isso responsabilidade da sociedade como um todo. Porém, a escola tem um papel crucial a desempenhar neste processo, pois ela é espaço de convivência, entre crianças de origens, e nível socioeconômico, diferentes. Há também a presença de costumes e dogmas religiosos diferentes daqueles que cada um conhece, e visões de mundo diversas daquelas que se compartilha na própria família. Assim, a escola também é um dos lugares, nos quais são ensinadas as regras para convivência, bem como o respeito às diferenças, sendo ainda, a instituição que apresenta à criança, conhecimentos sistematizados sobre as diversas áreas de saber. Portanto, uma sociedade que assume uma postura comprometida com uma luta de tornar as escolas democráticas, deve levar em conta tudo que está sendo discutido sobre os valores que estão sendo conduzido pela mesma contribuindo ativamente da mesma, no sentido de poder contribuir na construção e formação de um novo paradigma de inclusivo e acolhedor.

A quarta questão questionava as professoras entrevistadas sobre como elas pensam ser possível construir uma sociedade inclusiva a partir do convívio em sala de aula. Sobre esta questão elas responderam: **Tabela 4 – A Percepção Docente Sobre a Construção de Uma Sociedade Inclusiva**

Questão 4	Respostas dos Professores
Como se constrói uma sociedade inclusiva a partir do convívio em sala de aula?	<p>Professora A – “Para termos uma sociedade que realmente pretende assumir-se como inclusiva necessitamos, fundamentalmente, conscientizar-nos de que todos os alunos, independentemente de suas particularidades, quando passam a viver e partilhar dos mesmos espaços e atividades conseguindo compreender e aceitar os outros, e reconhecer as competências dos colegas e suas necessidades, respeitando todas as pessoas, e lutando para a construção de uma sociedade mais justa e solidária, desenvolvendo e criando laços de amizade, diminuindo a ansiedade, o medo e a insegurança diante das dificuldades”.</p> <p>Professora B – “Para termos e vivermos em uma sociedade inclusiva, não cabe apenas as instituições de ensino realizar tarefas de fazer existir o processo de inclusão, mas sim a todos os envolvidos neste espaço educativo. Porém, a escola não deve ficar de fora dessa responsabilidade, mas precisa buscar em outros atores da sociedade companhias que são fundamentais para o crescimento desenvolvedor realizar a anexação desses indivíduos na escola, no mercado de trabalho, e na vida social”.</p>

Podemos perceber que as **Professoras A e B** compreendem que para termos uma sociedade inclusiva, a partir do convívio em sala de aula, se faz necessário a presença, e ajuda de outros fatores, que venham a favorecer este processo de construção inclusiva. Assim, o papel fundamental da escola para o momento

acolhedor aos alunos com deficiência, pois é neste espaço social e educativo que toda vivência social se inicia. Dessa forma, é necessário que haja um preparo para a vivência da inclusão escolar desde a Educação Infantil, quando a criança começa a conviver com pessoas diferentes do seu círculo familiar, e pode ser facilmente ser incentivada a desenvolver sentimentos de acolhimento, e não de repulsa, ou preconceito. Dessa forma, se importante, pensar em uma escola que tenha vida, na qual o professor, os alunos e todos envolvidos no processo de ensino-aprendizagem sejam respeitados. Nessa discussão, Candau (2002, p. 36), destaca que:

Educar para uma sociedade inclusiva pressupõe compreender toda uma complexa realidade presente nas salas de aula. Realidade na qual os educadores se encontram e sentem-se, muitas vezes, despreparados quando a questão é trabalhar com alunos que têm algum tipo de deficiência. A dificuldade que sentimos quando nos deparamos com situações desse tipo revela nossa fragilidade diante do convívio com a diferença. Embora tenhamos a certeza de que nosso papel enquanto educadores está sendo bem desempenhando e de que todo cidadão tem o direito de ter acesso á informação e ao conhecimento, ainda assim encontramos obstáculos que impedem de realizarmos um trabalho coerente com a nossa prática pedagógica. O medo do diferente e a incerteza quanto ao aprendizado de um aluno com necessidades especiais, impossibilitam o avanço de práticas de aprendizagens relevantes.

Ou seja, compreende-se que educar para uma sociedade inclusiva é comprometer-se com a difusão de novos paradigmas em relação a essa nova pedagogia conhecida e vivenciada como inclusão de pessoas com necessidades e/ou deficiências. Consequentemente, só através da democratização da informação e da desconstrução de preconceitos relativos a educação inclusiva haverá a contribuição para se repensar a educação como direito de todo cidadão brasileiro.

Na quinta questão discutiu-se a importância e o papel do professor na realização do acolhimento ao aluno deficiente, tendo em vista sua formação e preparo, estando as respostas obtidas para esta questão, sistematizadas na tabela abaixo: **Tabela 5 – Formação Docente e o Acolhimento aos Alunos com Deficiência**

Questão 5	Respostas dos Professores
O Professor está preparado para a inclusão e realizar um acolhimento com eficiência, respeito e igualdade no ensino aprendizagem?	Professor A – <i>“O professor nunca foi preparado para lidar com essa situação, agora não podemos deixar de buscar construir práticas diferenciadas que nos proporcionem um excelente rendimento na aprendizagem, e criarmos situações enriquecedoras, de respeito e valores das diferenças de forma que haja um acolhimento adequado nos espaços educativos para que todos os educandos tenham um atendimento igualitário no momento da acolhida, e diferenciado no momento construtivo dos saberes”.</i>
	Professor B – <i>“Na verdade o professor nunca passou por uma preparação para lidar com alunos deficientes. O professor é preparado para alfabetizar, educar de forma igualitária, de forma que todos os alunos aprendam e se sintam bem na escola junto com todos ali inseridos”.</i>

Conforme as colocações, das **Professoras A e B**, percebe-se que não há na atualidade, uma dinâmica institucional de preparação docente para lidar com o processo de inclusão escolar, quando se pensa na a educação dos alunos deficientes. Porém, a **Professora A** questiona essa forma de pensar destacando aspectos importantes que são favorecidos quando se reflete sobre a proposta de inclusão, relacionando a isso a falta de preparação oferecida aos docentes pra realizar esta proposta. E a **professora B** evidencia também como a formação docente não prever momentos de reflexão e instrumentalização para lidar o trabalho

educativo com os alunos deficientes. Neste contexto, Paulo Freire (1981, p.79) comenta o processo de formação docente dizendo que “todos nós sabemos alguma coisa, todos nós ignoramos alguma coisa, por isso aprendemos sempre”. Todos possuem limitações, ninguém é perfeito.

No entanto, atualmente, vislumbra-se um novo perfil de professor, defendido por Ferreira (2006, p. 231), quando afirma que:

Espera-se hoje que a professora seja capaz de compreender e praticar o acolhimento à diversidade e esteja aberta a práticas inovadoras na sala de aula. No novo perfil, a professora deve adquirir conhecimento sobre como conhecer as características individuais (habilidades, necessidades, interesses, experiências, etc...) de cada um dos estudantes, a fim de poder planejar aulas que levem em conta tais informações.

Assim, fica evidente que sem uma mudança de postura, no sentido de possibilitar que a formação inicial docente, reflita sobre a necessidade de realizar a inclusão conforme prever a legislação em vigor. Portanto, é fundamental que se exclua a rancidez de uma formação tradicional, que tem, em sua origem, princípios que sejam embasados na homogeneidade, na qual o educador é compelido a ver o educando sem possuir um planejamento educativo para o mesmo, fazendo com que sua prática não atenda as demandas presentes na sociedade, pois:

A aula inclusiva visa responder à diversidade de estilos de aprendizagem na sala de aula; então, qualquer ação de desenvolvimento e aperfeiçoamento de práticas de ensino e aprendizagem de professores para a inclusão deve ajudá-los a refletir sobre formas de levantamento de informações sobre seu/sua/s aluno (a)s e planejamento de diversas atividades que abranjam os estilos de aprendizagem individual. (IDEM, 2006, p. 231)

Então, o que se está propondo, é uma formação e preparação docente que dê conta da heterogeneidade, o que implica abandonar algumas fórmulas antigas, pois as mesmas não atendem a gama de diferentes situações que ocorrem na sala de aula.

A sexta e última questão de questionário aplicado às professoras, deseja compreender os conceitos de escola inclusiva, que elas possuem, sendo que as respostas estão dispostas abaixo: **Tabela 6 – Conceitos Docentes Sobre o Significado de Escola Inclusiva**

Questão 6	Respostas dos Professores
O que faz uma escola ser inclusiva?	<p>Professora A – “Acredito que o que faz ser uma escola inclusiva é construir um bom projeto pedagógico, que comece pela reflexão. Diferente do que muitos possam imaginar, realizar ações de inclusão é mais do que ter uma escola com rampas e banheiros adaptados. É preciso que a equipe da escola seja inclusiva, e discutir o motivo de tanta reprovação e indisciplina, e saber o porque de os professores não darem conta do recado e de os pais não estarem presente nesse processo. Um bom projeto valoriza a cultura, a história e as experiências anteriores da turma. As práticas pedagógicas também precisam ser revistas”.</p> <p>Professora B – “É preciso que a escola tenha uma estrutura física bem planejada que facilite a acessibilidade de todos os educandos de maneira igualmente no momento da acolhida na escola e nas salas de aula. Para se fazer uma escola inclusiva é preciso que todo o currículo seja repensado e planejado dando condições de atividades diferenciadas para todos a partir das necessidades e deficiências de cada ser ali inserido”.</p>

Diante das respostas obtidas a partir das concepções que as professoras entrevistadas possuem sobre o que é uma escola inclusiva, percebe-se que elas não se detêm ao contexto da vivência pedagógica solitária, mas à perspectiva de atuação em conjunto, a partir da realização de projetos pedagógicos, sobre a experiência da escola inclusiva. Neste contexto, compreende-se que todo o trabalho de inclusão deve está interligado, e previsto no Projeto Político Pedagógico da escola, que em sua construção conta com a participação do corpo docente, comunidade escolar e alunos. E, as propostas devem atender ao que diz o capítulo V da Lei 9394/96 que trata da Educação Especial, que determina:

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta lei, a modalidade de

educação escolar oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais.

§ 1º Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender as peculiaridades da clientela de educação especial;

§ 2º O atendimento educacional será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular;

§ 3º A oferta de educação especial, [...] Tem início na faixa etária de zero a seis anos, durante a educação infantil.

Art. 59. Os sistemas de ensino assegurarão aos educandos com necessidades especiais:

I - Currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica para atender às suas necessidades;

II - Terminalidade específica;

III - Professores com especialização adequada em nível médio ou superior.

Dessa forma, além de fazer adaptações físicas, a escola deve proporcionar um atendimento educacional especializado paralelamente às aulas regulares, de preferência, no mesmo local. Consequentemente, se um aluno cego, por exemplo, assiste às aulas com outros alunos que enxergam e, no contraturno (um turno após o que se estuda), treina os movimentos, locomoção, uso da linguagem Braille e de instrumentos que ajudem para o desenvolvimento desse aluno, há com certeza possibilidades de que sua integração dentro e fora da escola regular esteja prevista na proposta de uma inclusão construída. E, uma das formas de proporcionar este acesso, bem como, a garantia de atendimento especializado (no contexto comum e em espaços próprios), também está previsto na Lei, quando abre oportunidades para que a escola, e os sistemas de ensino, construam e implementem suas propostas pedagógicas, planos de trabalho e/ou projetos políticos pedagógicos:

Art. 12. Os estabelecimentos de ensino, respeitadas as normas comuns e as do seu sistema de ensino, terão a incumbência de:

I - elaborar e executar sua proposta pedagógica;

VII - informar pai e mãe, conviventes ou não com seus filhos, e, se for o caso, os responsáveis legais, sobre a frequência e rendimento dos alunos, bem como sobre a execução da proposta pedagógica da escola.

I - participar da elaboração da proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

II - elaborar e cumprir plano de trabalho, segundo a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino;

III - zelar pela aprendizagem dos alunos;

IV - estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento;

Art. 14. Os sistemas de ensino definirão as normas da gestão democrática do ensino público na educação básica, de acordo com as suas peculiaridades e conforme os seguintes princípios:

I - participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico da escola;

II - participação das comunidades escolar e local em conselhos escolares ou equivalentes (BRASIL, 1996).

Portanto, construir espaços educativos inclusivos, necessita de força de vontade política, pois é preciso perseverança, fé, entusiasmo, superação, sem discriminação ou preconceito. Precisa-se ter conhecimento de que muito está sendo feito, mas ainda é pouco, existindo uma grande distância entre o real e o ideal. Neste contexto, a partir das colocações, visões e compreensões de cada profissional entrevistada, entende-se que o tema em discussão apresenta inúmeros desafios, relacionados às atitudes, práticas pedagógicas e comportamentos diferenciados, principalmente tendo em vista a perspectiva de ocorrer a situação acolhedora

inclusiva para com os alunos com deficiência nos espaços educativos.

4. DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

A partir da análise dos dados sugere-se que a inclusão continua sendo um desafio, atual, quando se pensa a organização e formação do ambiente educativo para acolher o aluno deficiente, conforme prever a legislação em vigor. Nesse sentido, Freire (2005) destaca que a inclusão, é muito mais do que submeter (o que geralmente é feito pelo uso da força), segundo ele, inclusão é um termo mais abrangente, significando acolher.

Dessa forma, a tendência hoje, é de que seja construída uma sociedade mais inclusiva, ou seja, abrangente e acolhedora, haja vista os valores presentes nas reflexões atuais, sobre a vivência escolar, pois conforme destaca Mantoan (2003, p.18): “a exclusão escolar manifesta-se das mais diversas e perversas maneiras, e quase sempre o que está em jogo é a ignorância do aluno diante dos padrões de cientificidade do saber escolar”. Consequentemente, a luta pela escola inclusiva, embora possa ser contestada, e tenha até mesmo assustado a comunidade escolar, exige mudanças nos hábitos e atitudes, pela sua lógica e ética, promovendo a reflexão sobre o posicionamento social, perante a perspectiva de garantir a vida com igualdade de oportunidade, pautada pelo respeito às diferenças. E, apesar das iniciativas acanhadas da comunidade escolar, e da sociedade em geral, é possível adequar a escola para viver um novo tempo.

Assim, percebe-se que, conforme a hipótese norteadora deste estudo afirma, e a partir dos resultados obtidos, as escolas ainda não contam com um processo sistematizado de ações para realizar o acolhimento aos alunos deficientes, na promoção de um atendimento escolar de qualidade, destacando o respeito às diferenças e repúdio às atitudes preconceituosas. Nesse sentido, sugere-se que, ainda vivemos um momento de despreparo dos professores, e dos outros agentes envolvidos na vivência escolar, para realizar este trabalho. Portanto, diante dos dados obtidos das professoras que foram entrevistadas, ficou claro que ainda existe dificuldade para promover a real inclusão dos alunos nos espaços escolares, bem como, no estabelecimento de relações de respeito às diferenças no contexto das salas de aula. Assim, o aluno com deficiência ao chegar, neste espaço educativo, ainda é percebido a partir de olhares preconceituosos, ou seja, indesejados naquele ambiente, construído para os alunos “normais”.

No entanto, num país como o Brasil, a legislação estabelece que seja a escola regular, o espaço para atendimento de qualquer criança, seja ela deficiente ou não, a fim de promover o acesso aos saberes escolares, de forma a preparar sua vivência para atuação na sociedade mais ampla, queiramos ou não, globalizada. E, conforme relata Mantoan (2003, p. 53):

Para a maioria dos alunos, pobres (por pertencerem a um país que por muitos anos sofreu a marginalização, primeiro por parte dos conquistadores e depois por parte do capital) a escola é a única chance que se têm para conseguir as condições básicas para se desenvolverem e se tornarem cidadãos, para ganharem uma identidade sociocultural e uma vida digna, livre e feliz.

Neste contexto, as entrevistas forneceram informações importantes, sobre como os docentes vem se preparando, e construindo conceitos, sobre o processo de inclusão escolar dos alunos deficientes. E, percebe-se, então, que as relações de convivência social, são muito importantes, para o desenvolvimento humano, tendo em vista sua multiplicidade de linguagens, e diversidade de formas. No entanto, as deformidades, presentes em suas estruturas, estejam presentes nos relacionamentos, e nas ações sociais (e do trabalho), sendo que, a escola e a família, são os espaços da vida infantil para o seu surgimento e estabelecimento.

5. CONCLUSÃO

O presente estudo buscou compreender como o processo de acolhimento vem

ocorrendo com alunos deficientes, quando passam a integrar os espaços educativos, a partir de uma problemática que destaca como o desafio proposto, vem sendo enfrentado, tendo em vista a não preparação/formação docente para fazê-lo.

Nesse sentido procurou conhecer como as escolas regulares vêm desenvolvendo ações de integração aos alunos inseridos no processo de inclusão, que hoje, vigora como Lei no Brasil. Dessa forma, o aluno com deficiência ou não, deve ser bem recebido no espaço educativo escolar, sendo que ele não deve ser apenas integrado, a este espaço, mas incluído de fato, nas atividades pedagógicas desenvolvidas pelos docentes. No entanto, uma dificuldade que surge neste processo tem a ver com a importante questão da formação docente, na qual esbarra as diretrizes propostas pelas políticas públicas que determinam a presença dos deficientes nas escolas regulares. Em contrapartida, receber o aluno com deficiência na sala de aula não significa, necessariamente, inclusão. Incluir vai além de espaços acessíveis, com estruturas belíssimas. Há a necessidade de formação profissional do professor, e de todos os agentes envolvidos nos espaços educativos, de maneira que a preparação docente traga ao professor, a segurança necessária para implementar uma práxis inclusiva, com todos os seus alunos.

Nesta reflexão, a compreensão do conceito de inclusão, é primordial, visto que, se o aluno deficiente é considerado diferente, todos os seus colegas também o são. Afinal, nascemos, crescemos e vivemos em diferentes contextos socioculturais e variados, com experiências de vida singular. E, nem todas as diferenças, necessariamente, inferiorizam as pessoas, já que a perspectiva do respeito surge, como uma condição, para a convivência e a integração social. Assim, como evidencia Santos apud Mantoan (2003, p.34): "é preciso que tenhamos o direito de sermos diferentes quando a igualdade nos descaracteriza, e o direito de sermos iguais quando a diferença nos inferioriza." No entanto, do ponto de vista da prática pedagógica, a questão da inclusão escolar pode ser acompanhado por sentimentos de insegurança e medo, já que o professor tem consciência do papel que tem de desempenhar, nesse momento importante, de suas ações mais diretas no processo da inclusão dos alunos, tais como: lidar com as expectativas e possíveis frustrações dos membros familiares deste aluno deficiente, e com as limitações do próprio aluno. Percebe-se também que podem surgir algumas atitudes preconceituosas por parte dos pais e dos outros alunos, sendo que o educador deve conhecer todos os caminhos que deve tomar nesse processo acolhedor e inclusivo, entendendo também que a escola em sua organização administrativa (o currículo, as metodologias de ensino, os recursos e materiais), Também são determinantes para verdadeiro acolhimento do aluno com deficiência. Nesse sentido, é necessário que haja uma construção de um Projeto Político Pedagógico Inclusivo, contando com a participação em massa dos pais, profissionais, instituições especializadas (que realizam o atendimento complementar), e alunos, que pode ajudar efetivamente no processo de construção de uma escola que busca viver com práticas e ações democráticas favorecendo a presença de todos aqueles que dela necessitam.

Nesta reflexão, outros estudos podem surgir no sentido de favorecer melhor a construção, da sonhada escola inclusiva, entre eles pode-se sugerir: como às políticas públicas podem inserir como formação continuada, uma proposta de capacitação em serviço, que atenda à imensa demanda de professores, ainda despreparados, para realizar a inclusão escolar? Ou ainda: como os pais podem tornar-se aliados no processo de inclusão escolar, sem descaracterizar o espaço de aprendizagem da sala de aula? Estas questões poderão, quem sabe, agregar valor às discussões que vem sendo realizadas sobre esta temática em todas as esferas educativas, preocupadas com este processo. Desta forma, o processo de inclusão traz como premissa básica, propiciar a Educação para todos, uma vez que, o direito do aluno com deficiência, e de todos os cidadãos, à educação é um direito constitucional.

No entanto, percebe-se que a proposta de inclusão dos alunos que apresentam alguma

deficiência ainda não se consolidou da forma desejada. E, conforme destaca a educadora Mantoan (2003, p. 96), “na escola inclusiva professores e alunos aprendem uma lição que a vida dificilmente ensina: respeitar as diferenças. E, esse é o primeiro passo para se construir uma sociedade mais justa”. Nessa perspectiva, Aranha (2004, p. 38), também chama a atenção para o fato de que: “uma escola somente poderá ser considerada inclusiva, quando estiver organizada para favorecer a cada aluno, independentemente de etnia, sexo, idade, deficiência, condição social ou qualquer outra situação”. Portanto, um ensino realmente significativo é aquele que busca garantir o acesso ao conjunto sistematizado de todos os conhecimentos construídos e vivenciados como recursos a serem mobilizados, a todos aqueles que necessitam deles.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Geraldo Peçanha. **Minha escola recebeu alunos para inclusão. Que faço agora.** Rio de Janeiro: Wak Editora, 2011.
- ANTUNES, Celso. **Inclusão: o nascer de uma nova pedagogia.** São Paulo: Ciranda Cultural, 2008.
- ARANHA, M. S. F. **Educação Inclusiva: transformação social ou retórica.** In: OMOTE, S. (org.). *Inclusão: intenção e realidade* (pp. 37-60). Marília: Fundepe, 2004.
- BACHELARD, G. **A poética do espaço.** São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- BRASIL, Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.
- _____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 9394.** Brasília: Senado Federal, 1996.
- BRASIL, Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Projeto Escola Viva: Garantindo o acesso e permanência de todos os alunos na escola – Alunos com necessidades educacionais especiais,** Brasília: MEC/SEESP, 2000, vol. 6.
- CANDAU, Vera Maria (org). **Sociedade, Educação e Cultura (s): questões e propostas.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.
- CARTOLANO, Maria Teresa. **Formação do educador no curso de pedagogia: A educação especial.** IN: *Cadernos CEDES*, nº 46 – Setembro, 1998. UNICAMP/ Campinas, São Paulo.
- CARVALHO, Rosita Edler. **Educação Inclusiva: colocando os pingos nos “is”.** 7ª ed. Porto Alegre: Mediação, 2006.
- FERREIRA, Windyz B. **Inclusão x exclusão no Brasil: reflexões sobre a formação docente dez anos após Salamanca.** In: *Inclusão e Educação: doze olhares sobre a educação inclusiva.*
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** 42ª reimpressão. São Paulo: Paz e Terra, 1996.
- FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 9ª ed., Rio de Janeiro. Editora Paz e Terra. 1981, p.79
- MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do pacífico ocidental: um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné na Melanésia.** São Paulo: Abril Cultural, 1984.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar : o que é? por quê? como fazer?** São Paulo : Moderna , 2003.
- MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **A integração de pessoas com deficiência: contribuições para uma reflexão sobre o tema.** São Paulo: Memnon, 1997.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde.** 9º Ed, São Paulo: Hucitec, 2006.
- MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde.** 7º Ed. São Paulo: Hucitec; Rio de janeiro: Abrasco, 2000.